

BOLETIM DE LEGISLAÇÃO E ATOS NORMATIVOS DO TJMG

Periodicidade: semanal

Nº 229 – Julho/2012

Período de: 21/07/2012 a 27/07/2012

Com o objetivo de fornecer aos magistrados e servidores em geral as informações de que necessitam para o desempenho de suas atividades e de criar subsídios para que se mantenham atualizados, a EJEJ disponibiliza, semanalmente, este Boletim.

Seu conteúdo é uma seleção da legislação e de atos normativos do TJMG, inclusive da Corregedoria, publicados nos Diários Oficiais (DOU, DJU, DJe, MINAS GERAIS e DOM), tendo em vista a competência do Tribunal e a relevância da matéria para as funções jurisdicionais e administrativas.

LEGISLAÇÃO FEDERAL

Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
LEI Nº 12.694	DOU; 25/07/2012	Dispõe sobre o processo e o julgamento colegiado em primeiro grau de jurisdição de crimes praticados por organizações criminosas; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, e as Leis nºs 9.503, de 23 de setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro, e 10.826, de 22 de dezembro de 2003; e dá outras providências.	Lei 12.694 (Site da Presidência da República)
LEI Nº 12.696	DOU; 26/07/2012	Altera os arts. 132, 134, 135 e 139 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para dispor sobre os Conselhos Tutelares.	Lei 12.696 (Site da Presidência da República)

LEGISLAÇÃO ESTADUAL

Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
LEI Nº 20.302	Minas Gerais; 27/07/2012	Autoriza a abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado em favor do Tribunal de Justiça.	Lei 20.302 (Site da ALMG)

ATOS NORMATIVOS DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
RESOLUÇÃO Nº 491	DJE/STF; 24/07/2012	Dispõe sobre as Tabelas de Custas e a Tabela de Porte de Remessa e Retorno dos Autos e dá outras providências.	Res. 491 (Site do STF)

LEGISLAÇÃO MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
LEI Nº 10.516	DOM; 26/07/2012	Estabelece o tempo máximo de espera para atendimento de clientes nas lojas de operadoras de telefonia fixa e celular e dá outras providências.	Lei 10.516 (Site da PBH)
LEI Nº 10.518	DOM; 27/07/2012	Autoriza o estacionamento gratuito de veículo de cliente em frente a farmácias e drogarias do Município.	Lei 10.518 (Site da PBH)

ATOS NORMATIVOS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
PORTARIA Nº 2.763	DJE; 23/07/2012	Dispõe sobre a indicação e competência dos Juízes de Cooperação no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.	Port. 2.763 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 2.764	DJE; 24/07/2012	Altera a composição do Comitê Gestor das Contas Especiais de Pagamento de Precatórios constituído pela Portaria nº 2.488, de 2010.	Port. 2.764 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 2.765	DJE; 25/07/2012	Estabelece critérios para permuta de servidores da Justiça de Primeiro Grau e dá outras providências.	Port. 2.765 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 2.766	DJE; 25/07/2012	Altera a composição do Comitê de Ergonomia estabelecida pela Portaria nº 2.658, de 2011.	Port. 2.766 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 2.767	DJE; 25/07/2012	Designa Juiz de Direito para auxiliar os trabalhos da Segunda Vice-Presidência do Tribunal de Justiça.	Port. 2.767 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 2.768	DJE; 25/07/2012	Designa Juízes de Direito para auxiliar os trabalhos da Presidência do Tribunal de Justiça, nos procedimentos que especifica.	Port. 2.768 (Site do TJMG)
RESOLUÇÃO DO TRIBUNAL PLENO Nº 03	DJE; 26/07/2012	Contém o Regimento Interno do Tribunal de Justiça.	Res. Trib. Pleno 03 (Site do TJMG)

ATOS NORMATIVOS DA CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
PORTARIA Nº 2.233	DJE; 25/07/2012	Reconduz a Dra. Édila Moreira Manosso, Juíza de Direito titular da Vara da Infância e da Juventude da comarca de Uberlândia, para o exercício das "atribuições de fiscalização, orientação e apuração de irregularidades de instituições, organizações governamentais e não governamentais, abrigos, instituições de atendimento e entidades congêneres que lidem com idosos, garantindo-lhes as medidas de proteção e atendimento prioritário previstas na Lei Federal nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, salvo aquelas cuja competência específica couber aos demais juízos do Poder Judiciário Estadual".	Diário do Judiciário Eletrônico, disponível no site http://dje.tjmg.jus.br ou Base de atos normativos da Corregedoria Geral de Justiça, disponível no portal http://www.tjmg.jus.br/corregedoria/codigo_normas/
PROVIMENTO Nº 234	DJE; 25/07/2012	Acrescenta alínea "e" ao inciso I do art. 19 do Provimento nº 161, de 1º de setembro de 2006, que codifica os atos normativos da Corregedoria Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais	

<p>RECOMENDAÇÃO Nº 19</p>	<p>DJE; 23/07/2012</p>	<p>Recomendamos aos MM. Juízes de Direito que atuam frente às Varas da Infância e da Juventude que evitem esforços para adotar alternativas que evitem a internação provisória antes de oferecida a representação pelo Ministério Público. Sendo imprescindível a internação provisória, esta deverá basear-se em requerimento fundamentado de acautelamento provisório, conforme artigos 108 e 174 do Estatuto da Criança e do Adolescente, cabendo aos magistrados requisitar, imediatamente, a respectiva vaga na SUASE – Subsecretaria de Atendimento às Medidas Socioeducativas – com observância dos requisitos previstos no artigo 328 do Provimento nº 161/CGJ/2006;</p>	
<p>RECOMENDAÇÃO Nº 21</p>	<p>DJE; 24/07/2012</p>	<p>Recomenda aos magistrados que os alvarás de soltura expedidos em favor de presos que estiverem custodiados em outras comarcas sejam transmitidos via carta precatória, preferencialmente por meio eletrônico, sendo imprescindível a autorização do juízo deprecado na ordem, até que seja implantado na respectiva comarca o sistema de transmissão do alvará de soltura por meio eletrônico, cumprido em qualquer hipótese o prazo especificado no art. 1º, caput, da Resolução nº 108 do Conselho Nacional de Justiça, de 06 de agosto de 2010.</p>	

Edição e publicação: COBIB – Coordenação de Documentação e Biblioteca

Sugestões ou críticas: E-mail: cobib@tjmg.jus.br